

Resenha

Gênero e socialismo: a luta de Alexandra Kollontai pela emancipação feminina no contexto da Revolução Russa

Gender and socialism: the Alexandra Kollontai's fight for a woman emancipation in the context of Russian Revolution

Ariana Oliveira Alves¹

Bárbara Almeida Duarte²

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

Alexandra Kollontai (1872-1952) pode ser considerada uma das primeiras feministas a iniciar o debate sobre as convergências entre gênero e classe na busca pela compreensão das desigualdades de poder e das relações de opressão na sociedade capitalista. Sua ação política, conjuntamente com sua produção teórica, demonstrou de forma eloquente como a condição das mulheres trabalhadoras incorpora formas específicas de opressão.

Na obra *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, Alexandra Kollontai descreve como se dedicou quase que totalmente à luta pela emancipação feminina, sempre levando em conta as contradições existentes no sistema capitalista de produção.

Pertencente à nobreza russa, a autora afirma que já em sua infância se indignava ao ver que outras crianças com quem brincava passavam por certas dificuldades, razão pela qual “já cedo em minha vida eu enxergava as injustiças sociais predominantes na Rússia” (KOLLONTAI, 2007, p. 33). Foi uma visita a uma fábrica têxtil que, segundo ela, determinou sua atuação em prol dos trabalhadores: “Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada. Eu simplesmente tinha que aderir a esse movimento.” (KOLLONTAI, 2007, p. 35)

Assim como se dava com as demais mulheres, contudo, a partir de certa idade esperava-se que ela contraísse um “bom” casamento e se dedicasse aos cuidados do lar e dos filhos. No entanto, ela não tinha inclinações para dedicar sua vida ao exercício desse papel naturalmente tido como feminino.

Eu ainda amava meu marido, mas a vida feliz de uma esposa e um marido tornou-se para mim uma “jaula”. Cada vez mais

¹ Graduanda em ciências do estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Mestranda em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

minhas simpatias, meus interesses se voltaram para a classe trabalhadora revolucionária da Rússia. (KOLLONTAI, 2007, p. 34).

A partir de então, a autora se engajou de vez no movimento revolucionário russo. Se não o fizesse, “me exporia ao risco de perder minha identidade própria” (KOLLONTAI, 2007, p. 36). Mais ainda, aderiu à batalha das mulheres no país, que já vinham lutando por melhorias desde o século XIX. Assim, já nessa época, as mulheres reivindicavam questões específicas, como igualdade salarial, creches no trabalho, proteção social à maternidade.

Logo nos primeiros anos de sua atuação revolucionária, porém, a autora vivenciou as dificuldades de tratar da questão feminina dentro dos círculos insurrecionais: “Ainda naquele período eu percebi pela primeira vez quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina.” (2007, p. 37)

Segundo Kollontai, a condição feminina é muito distinta conforme a classe à qual essas mulheres pertencem; ela critica e denuncia as análises marxistas e/ou socialistas que negligenciam a desigualdade de gênero na sociedade de classes, ao desconsiderar a assimetria presente nas esferas privada/doméstica e pública³.

Além da resistência dos colegas de partido, Kollontai sofreu diversos ataques relacionados a questões de gênero. Foi chamada de “louca bolchevique” (2007, p. 58), cogitava-se de um romance havido entre ela e Lênin, os jornais escreviam sobre “os vestidos de festa de Kollontai” (2007, p. 60).

De todo modo, o posicionamento da autora divergia do movimento tipicamente burguês de emancipação feminina:

meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora que a libertação feminina somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente (KOLLONTAI, 2007, p. 37).

Sua luta, como afirma, foi “pela abolição da escravidão das mulheres trabalhadoras” (KOLLONTAI, 2007, p. 43). E foi nesse sentido que aderiu à causa feminina. Esse projeto norteou grande parte de sua atuação política, pois ela teve participação ativa na elaboração e implementação de projetos voltados a mudanças nas legislações e nas práticas sociais. E um dos principais aspectos ressaltados por Kollontai era a necessidade de

³ Importante notar que Marx e Engels não deixaram de problematizar em seus escritos a questão feminina sob a vigência do capital. Nesse sentido, devem ser mencionadas como importantes contribuições teóricas para o debate as obras *Sobre o suicídio* (MARX, 2006), *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (ENGELS, 1984) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007), que trataram de algum modo da opressão feminina na sociedade de classes.

“socialização do trabalho doméstico” (GOLDMAN, 2014, p. 69). Assim, o estabelecimento de lavanderias, refeitórios e creches públicas foi ponto central de sua luta política.

Até a Revolução de Outubro, contudo, a atuação de Alexandra Kollontai foi restrita. Foi a partir da referida data, com a tomada do poder pelos soviéticos, com instauração do governo soviético, que ela passou a ocupar um posto ativo no governo, como “comissária do Povo ao Bem-Estar Social” (KOLLONTAI, 2007, p. 65), implantando políticas públicas voltadas à questão feminina.

As principais medidas tomadas no contexto revolucionário, que tiveram um impacto direto sobre a condição da mulher, foram aquelas relativas à regulamentação da família⁴. A substituição do casamento religioso pelo civil e a expansão das possibilidades de divórcio são pontos a ser destacados pelo advento do Código do Casamento, da Família e da Tutela em 1918 (GOLDMAN, 2014, p. 69). Nas palavras de Wendy Goldman, “o novo Código varreu séculos de domínio patriarcal e eclesiástico e firmou uma nova doutrina baseada em direitos individuais e igualdade de gênero” (2014, p. 70).

Kollontai reconheceu os avanços legislativos da época no que tange às mulheres, mas “na prática, é claro, [as mulheres] viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade” (2007, p. 71). Nesse sentido, voltou-se à implementação das políticas de libertação feminina:

A motivação principal de toda esta atividade era implementar, de fato, direitos iguais para mulheres como unidade de trabalho na economia nacional e como cidadã na esfera política e, é claro, com uma ressalva especial: a maternidade devia ser considerada uma função social e, conseqüentemente, ser protegida e garantida pelo estado (KOLLONTAI, 2007, p. 72).

Em seguida, uma grande quantidade de feitos atinentes à questão feminina contou com ativa participação da autora:

Assumi a direção da Coordenação para o Trabalho entre as Mulheres (...). Um jornal de mulheres comunistas foi fundado, conferências e congressos das mulheres trabalhadoras foram convocados. As bases para o trabalho com as mulheres do Oriente (muçulmanas) foram assentadas. Duas conferências mundiais de mulheres comunistas ocorreram em Moscou. A lei que liberava o aborto foi aprovada e um grande número de regulamentações em benefício das mulheres foram introduzidas por nossa Coordenação e confirmadas legalmente. (2007, p. 73)

⁴ Os autores alinhados ao pensamento marxista destacam a inevitabilidade da abolição da família sob o socialismo. Sobre o caráter central que a família desempenha e sua relação com a propriedade privada, consultar a obra *Mulher, estado e revolução*, de Wendy Goldman, na qual a autora expõe as diversas visões sobre a família e seu papel na sociedade capitalista. Por essa razão foi tão central para os revolucionários que, já nos primeiros momentos após a Revolução, fossem alteradas as normas aplicáveis à família.

Desse modo, a pauta feminina sempre foi sua prioridade, como afirma a autora no fechamento da obra:

Independente de quais outras tarefas eu realizarei, está perfeitamente claro para mim que a libertação completa da mulher trabalhadora e a criação das bases de uma nova moral sexual manter-se-ão para sempre como o alvo o mais elevado de minha atividade, e de minha vida. (2007, p. 81)

Kollontai foi amplamente criticada e questionada. Durante toda a sua trajetória ela foi desvalorizada enquanto militante e sua produção de conhecimento foi subalternizada. Entretanto, é inegável a contribuição das feministas socialistas e/ou marxistas, tanto no âmbito político quanto no teórico: elas apresentaram abordagens importantes que buscavam romper com análises da categoria “classe” que apagavam as relações específicas de gênero presentes nas relações laborais e no âmbito privado/doméstico, demonstrando como os homens se beneficiam sistematicamente da exploração do trabalho das mulheres, tanto do remunerado quanto do não remunerado (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

As relações raciais, por outro lado, enquanto categoria de análise conjunta com o gênero e a classe, ganham menos centralidade em algumas análises de feministas socialistas e/ou marxistas. De modo que, na abordagem tradicional de grande parte do pensamento socialista e/ou marxista, o racismo aparece como “subcategoria” da dominação de classe, como um eixo distinto e paralelo de opressão. Saffioti (2015), feminista marxista, ao contrário das abordagens tradicionais, argumenta que:

Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – *de gênero, de raça/etnia e de classe* – embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese. Como já se mostrou o *Patriarcado*, com a cultura especial que gera a sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica). (SAFFIOTI, 2015, p. 134)

Kollontai não abordou raça enquanto categoria conjuntamente com gênero e classe, e, portanto, não avançou na discussão sobre diferenças entre mulheres e como essas distinções também revelam relações de desigualdade dentro da categoria gênero. Raça entra em destaque, juntamente com os outros eixos, a partir da crítica feita por mulheres negras que problematizaram o conceito de “nós, mulheres” das feministas brancas, o que, a partir de suas experiências, permitiu abordar outras perspectivas e contextos das relações de trabalho. A partir daí, surgiu um novo paradigma que buscava contrapor o discurso de um sujeito “mulher” coletivo, portanto único e indiferenciado, e nasceu uma reflexão sobre como as diferentes identidades de classe, gênero e raça produzem distintas formas de ser mulher.

Algumas feministas defendem a ideia de que qualquer análise sobre as desigualdades e relações de poder presentes na sociedade capitalista que não busquem estabelecer uma investigação conjunta entre classe, raça e gênero podem levar a distorções na compreensão das dinâmicas das relações de poder e desigualdade. Dessa forma, deve-se examinar como o gênero – e também a raça – impacta as relações de produção e, ao mesmo tempo, criticar o fato de que análises com este viés fossem subjugadas e desvalorizadas na agenda política e de produção de conhecimento.

Por fim, a partir de sua obra, podemos ver como Kollontai acionou as relações entre classe e gênero para examinar a dinâmica da exploração e opressão, mas também para fortalecer uma organização coletiva das mulheres enquanto mecanismo de resistência. Se, por um lado, a autora deixou de agregar à sua crítica a questão racial, é inegável, por outro, que seu trabalho contribuiu para que análises posteriores considerassem a raça um importante fator de opressão em nossa sociedade, tal como as vertentes feministas da segunda e terceira ondas problematizaram e discutiram ao longo dos anos.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*. *Mediações*, Londrina, n. 2, v. 20, pp. 27-55, jul./dez. 2015.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

Recebido: 30 de janeiro de 2017

Aprovado: 9 de abril de 2017